

O choque econômico dos conselheiros

Ernesto Lozardo



O progresso de um país, seja ele pobre ou rico, não se constrói numa ilha de fantasias idealizada por economistas e filósofos. A prosperidade das nações requer estratégias de curto e longo prazos direcionadas à capacidade competitiva dos fatores de produção. A política macroeconômica deve assegurar a previsibilidade das expectativas dos agentes econômicos sobre a estabilidade da inflação e o crescimento.

Com esse entendimento, propõe-se analisar a dimensão das propostas econômicas dos ilustres conselheiros Armínio Fraga (PSDB) e Eduardo Giannetti (PSB) dos candidatos à Presidência da República Aécio Neves e Marina Silva, respectivamente.

A opinião desses especialistas já foi sintetizada no *Valor* (21/8/2014, A10). O que nos interessa saber é se o Brasil precisará de ajustes econômicos e finan-

ceiros ou de uma nova arquitetura de desenvolvimento.

Segundo esses conselheiros, basta assegurar a estabilidade do tripé econômico para que a economia comece a alavancar. Esse tripé consiste dos seguintes indicadores: taxa de inflação (com limites de variação em torno da meta); superávit primário (receitas menos despesas públicas); e taxa de câmbio flexível. Eles representam parcialmente o estado de saúde da economia, mas não o bem-estar social e a segurança dos agentes econômicos em relação à competitividade dos produtos nacionais.

No tocante ao tripé, tais economistas propõem aumento expressivo do superávit primário, algo em torno de 4% do PIB. Em face do baixo crescimento e das incertezas futuras internas e externas, essa medida representará aperto nos gastos públicos sem que se faça uma revisão das prioridades e da eficiência dessas expensas. Trata-se de um voluntarismo fiscal que certamente acarretará queda ainda maior na qualidade dos serviços públicos, indefinição sobre os contratos públicos com a iniciativa privada e redução do repasse do Tesouro aos bancos públicos para financiar projetos de concessão ou de investimentos de longo prazo realizados pelo setor privado.

No que se refere à política da meta de inflação, Fraga e Giannetti propõem diminuição do limite de

variação da taxa de inflação em relação à meta, assim como da própria meta. Esses dois ajustes poderão ser factíveis, mas quando?

Entretanto, de posse de uma invejável bola de cristal, asseguram que o choque proposto acarretará o aumento do desemprego e a queda na taxa de crescimento do PIB somente em 2015. Daí em diante, a economia sairá da crise e flutuará em um céu de brigadeiro. E pressagiam mais: a economia brasileira é forte o suficiente para reagir com rapidez às medidas de austeridade. Será que eles já combinaram esses choques (fiscal e de preços) com os agentes econômicos? A história encantada não para por aí.

Os próximos itens da agenda de mudanças dos assessores de Aécio e Marina são o realinhamento das tarifas públicas e a redução, em 2015, da defasagem dos preços nacionais dos derivados de petróleo (gasolina, diesel e gás) em relação aos internacionais. O aumento abrupto desses preços disseminará por todo o sistema de transporte coletivo — táxis, ônibus e metrô —, assim como pela cadeia produtiva da economia.

As contradições das propostas são cristalinas: 1- a elevação dos preços dos derivados de petróleo, recuperando o atraso dos últimos anos, redundará em uma explosão inflacionária, influindo no aumento dos salários e tarifas públicas e em toda a cadeia produtiva;

2- para reduzir os gastos públicos, a inflação de custos (tarifas públicas) e a demanda por salários maiores, a taxa de juros do Selic terá de ficar muito acima do limite atual, ou seja, superior a 11% ao ano; 3- conter a alta da inflação, por meio de juros elevados e corte de crédito conduzirá à recessão e ao desemprego acentuado, que não se limitarão ao ano de 2015.

Propostas não promoverão mudanças e não envolvem uma nova arquitetura de desenvolvimento

DES. O perfil de financiamento do BNDES, excluído os direcionados ao setor público, infraestrutura e ao comércio exterior, está distribuído em partes iguais, sendo 50% entre pequenas e médias empresas, e as grandes empresas.

O intuito das críticas dos economistas é claro: que o BNDES deixe de financiar empresas nacionais potencialmente competitivas globalmente e se concentre nas pequenas e médias empresas. Trata-se de modificar a política de financiamento dos projetos transformadores da economia nacional para um retorno ao retrôgrado slogan “small is beautiful”.

Em resumo, o programa de ajustes macroeconômico dos conselheiros dos presidenciáveis de Marina Silva e Aécio Neves acarretará elevação da inflação, juros mais elevados, recessão, aumento do desemprego, fuga de capital internacional, aumento do déficit na conta corrente e possível guerra fiscal dos Estados. As propostas dos especialistas não promoverão mudanças estruturais ou reforma fiscal. Elas não tratam das causas do baixo crescimento, da inflação nacional e da produtividade dos fatores de produção, tampouco propõem uma nova arquitetura de desenvolvimento do país.

Ernesto Lozardo é Professor de Economia da EAESP-FGV

Frase do dia

“O mercado externo encolheu, a indústria hoje conta só com o comércio local”.

Do ministro da Fazenda, Guido Mantega, ao afirmar que acredita que a crise internacional é determinante para explicar boa parte dos problemas da economia do país.

Cartas de Leitores

Petrobras

Com relação ao artigo publicado no na segunda-feira, (1/9), a Petrobras esclarece que é incorreta a afirmação de que “a produção de petróleo não cresceu, apesar do pré-sal”.

A produção de petróleo da Petrobras já acumula 6 meses de aumento contínuo e, em julho deste ano, atingiu seu recorde histórico mensal de produção operada, com 2.152.000 mil barris por dia no Brasil. Além disso, a Petrobras foi a empresa integrada de energia que mais aumentou sua produção de petróleo e gás natural no primeiro semestre de 2014, em relação a